



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com representantes da Federação Democrática Internacional de Mulheres

Palácio do Planalto, 16 de setembro de 2004

Minha querida secretária especial de Políticas para Mulheres, Nilcéa Freire,

Minha querida companheira Marisa,

Minha querida companheira Márcia Campos, presidente da Federação Democrática Internacional das Mulheres,

Minha querida Matilde Ribeiro, secretária especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial,

Minha querida senadora Serys,

Senhoras representantes das entidades de mulheres,

Minha querida Clara Charf, Suzana,

Quando a companheira Márcia – eu penso que na Conferência das Mulheres que fizemos, há uns meses – me procurou, dizendo: “Olha, nós vamos fazer o Encontro da Federação Democrática Internacional das Mulheres no Brasil, e nós gostaríamos que o Presidente pudesse participar”, eu disse à Márcia: “Pode marcar a data que nós vamos participar”.

Confesso a vocês que a minha vontade era falar de improviso, mas não posso, porque demoro muito. Ontem, o Chávez foi falar de improviso, em Manaus, e falou 1 hora e 20 min.

Mas eu queria dizer umas coisas, antes de ler o meu discurso. Primeiro, é uma alegria para o nosso governo, para o Brasil e, sobretudo, para as



mulheres brasileiras receber mulheres tão importantes, tão lutadoras, de tantas partes do mundo. Segundo, quero dizer para vocês que aqui, no Brasil, nós vamos fazendo aquilo que podemos fazer, porque nem tudo é determinado por decreto ou por lei.

Muitas das coisas que precisam acontecer para que as mulheres brasileiras e do mundo inteiro alcancem um novo patamar de respeitabilidade, de direitos na sociedade, dependem de mudança de costumes, de avanços culturais e da compreensão do papel que a mulher tem na sociedade moderna. Já tinha nas outras sociedades mas, daqui para a frente nós temos mais obrigação de compreender o papel que as mulheres jogam, não apenas no mundo do trabalho, mas no mundo da política, na disputa por espaços que as mulheres, em alguns países, ainda não conseguem ocupar e que, no Brasil, muito recentemente, as mulheres estão convencidas da importância de participar ativamente da política, de disputar os cargos e, de preferência, ocupá-los. Só cuidado com o meu, agora, que eu ainda tenho dois anos de mandato.

De vez em quando, nós cometemos erros. Habitualmente, no Brasil, a gente ouve um companheiro, um analista dizer que os empresários estão trocando os homens pelas mulheres, porque o salário da mulher é mais baixo. E eu acho que, do ponto de vista econômico, tem-se razão. Mas, do ponto de vista de que as mulheres estão ocupando o lugar dos homens, porque o “lugar dos homens” e não o “lugar das mulheres”? Quem é que disse que aquele emprego tinha que ser meu e não de vocês?

Eu penso que essas compreensões, essas mudanças, que parecem pequenas, é que vão aprimorando a nossa cabeça, para compreendermos que o mundo justo que queremos criar é o mundo de igualdade sob todos os aspectos, sem que haja direito de proibir, adotando-se quase que um lema que já adotei uma vez na vida: “É proibido proibir”; e as pessoas possam exercitar a



democracia, na mais alta plenitude que um ser humano possa ocupar, sem que isso signifique ferir direitos de outros.

A alegria de ter vocês aqui, representando tantos países e tantos continentes, me obriga a dizer algumas coisas que eu acho importante vocês saberem.

Quando nós tomamos posse, resolvemos fazer uma mudança na política externa brasileira. De um lado, pensando na questão comercial; de outro lado, pensando na questão política, nas razões históricas, nas questões éticas e, sobretudo, na questão da integração dos povos que têm as mesmas raízes, que têm similaridades em muitas coisas que acontecem em cada país, mas, muitas vezes, aprendemos – porque muitos de nós fomos colonizados durante muito tempo – a olhar sempre para o lado do “eterno senhor” e nunca olhar para o nosso próprio lado.

E tomamos, como primeira medida de política externa a integração da América do Sul. Não era possível que um país do tamanho do Brasil, com a importância econômica do Brasil, inclusive com a importância estratégica que o Brasil tem, a maior economia da América do Sul, não era possível continuarmos olhando apenas para a Europa e para os Estados Unidos, mesmo que do ponto de vista comercial, sem olharmos que nós fazemos fronteiras com todos os países da América do Sul, menos com dois, e que a integração da qual todos nós falávamos há séculos, em discursos, só poderia ser concretizada se nós tivéssemos a integração física, se nós tivéssemos a construção das estradas, das ferrovias, das hidrovias, políticas de telecomunicações, políticas energéticas, e tivéssemos, inclusive, portos e aeroportos para que a nossa gente e os nossos produtos pudessem transitar. É para isso que estamos trabalhando, intensamente, com todos os países da América do Sul, para que possamos concretizar essa política

Depois, tomamos a decisão de visitar a África. Talvez, em toda a História do Brasil, eu seja o Presidente que em menos tempo visitou mais países. Se



contarmos alguns países árabes, africanos, visitei dez países em 19 meses de governo. E já está estabelecido como agenda do meu Ministério das Relações Exteriores que, a cada ano, eu vou visitar um pouco de países africanos até, quem sabe, cobrir a grande maioria dos países africanos.

Depois, nós resolvemos fazer uma relação mais histórica com o mundo árabe. Visitamos cinco países árabes em uma semana. E visitamos porque nós nunca compreendemos por que o mundo árabe, do ponto de vista econômico, olha tanto para a Europa e para os Estados Unidos e não olha para a África, nem para a América do Sul. Sendo que, num país como o Brasil, só de árabes e descendentes de árabes, nós temos 10 milhões de pessoas morando. Só o estado de São Paulo tem mais árabes do que todo o Líbano. Então, não era justo que não houvesse uma conversa franca com os governantes dos países árabes. Tivemos uma conversa e vamos ter, no próximo ano, uma reunião entre todos os governantes dos países árabes e todos os governantes dos países da América do Sul, aqui em Brasília, para que a gente possa discutir novas opções entre esses dois povos.

Depois, resolvemos que era preciso estabelecer uma parceria estratégica com a África do Sul, com a Índia e, depois, com a China. Estabelecer uma política estratégica, imaginando a nossa relação com os Estados Unidos, do ponto de vista econômico. Os Estados Unidos são o principal parceiro comercial individual do Brasil. A Europa é um parceiro muito importante e nós não queremos perder essa parceria, queremos aprimorá-la, queremos aperfeiçoá-la. Mas, ao mesmo tempo, um país e vários países emergentes não podem ficar dependentes apenas de um lado, com os Estados Unidos, e de outro, com a Europa. Então, nós resolvemos começar a discutir uma nova geografia internacional, que leve em conta a necessidade de sabermos o que nós, países em vias de desenvolvimento, podemos fazer para nos ajudar mutuamente; o que Angola pode, junto com o Brasil, fazer, com



trocas em que Angola seja ajudada e o Brasil seja ajudado; com Moçambique, a mesma coisa; com a China, a mesma coisa.

É verdade que a China nos dá tecnologia para lançar foguetes. Mas é verdade, também, que nós temos tecnologia e estamos produzindo aviões na China.

Então, se nós aproveitarmos corretamente o potencial de similaridades e complementaridades que existe entre os nossos países, poderemos fazer muito mais, do ponto de vista da política comercial, não aceitando, muitas vezes, a imposição que os países ricos impõem aos países pobres.

Vocês sabem que nós tivemos uma boa briga na Organização Mundial do Comércio e ganhamos uma batalha importante, menos importante para o Brasil e mais importante para alguns países africanos, que é o fim do subsídio do algodão que o governo americano dava para os produtores americanos. Isso significa facilitar a vida de países pobres, que têm no algodão a base da sua economia, para poder comercializá-lo a um preço justo, no chamado “grande mercado consumidor”.

Da mesma forma, ganhamos a batalha do açúcar contra a União Européia, o que vai facilitar para que os países produtores possam, de forma mais justa, vender os seus produtos nos mercados ricos.

Isso é muito importante porque quando começamos, essa luta parecia impossível. Não faltaram artigos de jornais, no Brasil e no mundo; não faltaram especialistas dizendo que era uma loucura o Brasil querer se juntar com outros países, fazer uma reunião em Cancún e criar o G-20 para discutir essa nova geografia mundial. Não faltou artigo, no Brasil, dizendo que nós tínhamos perdido.

A verdade é que o G-20 mudou para melhor as relações entre os países pobres e os países em desenvolvimento. E, hoje, os países em desenvolvimento são levados em consideração nas mesas de negociações com o grande comércio mundial.



Estou dando esse exemplo para mostrar a vocês que um dos problemas dos países pobres é que nós sempre ficamos esperando que os países ricos, em algum momento, descubram que nós somos pobres e venham, de forma benevolente, nos ajudar. E, na minha opinião, não haverá nenhum país disposto a ajudar outro, sobretudo aqueles que estão passando fome.

Eu fui ao Haiti, agora. Eu nunca tinha visto tanta pobreza junta. Nunca! Aproximadamente 400 mil pessoas moram em cima de lixo. Não é que no Brasil não tenha pobreza, no Brasil tem pobreza. Mas a pobreza no Haiti é muito mais agressiva aos olhos de qualquer visitante e aos olhos do próprio povo haitiano.

E nós fomos lá levar a Seleção brasileira para jogar futebol, para mostrar ao mundo que é possível discutir uma nova relação internacional sem que a gente tenha, como único instrumento, os nossos canhões, as armas de destruição em massa ou o nosso exército, mas que a gente tenha solidariedade, que a gente tenha uma ação de fraternidade com os povos mais necessitados. O Brasil também é um país pobre mas, mesmo sendo pobre, nós queremos ajudar outros mais pobres do que nós.

É por isso que estamos discutindo, com muita seriedade, o atendimento de uma decisão do Clube de Paris, de ir anistando, na medida do possível, a dívida que países pobres têm com o Brasil, como fizemos agora, recentemente, com Moçambique, como fizemos com a Bolívia, e como vamos fazer com outros países, porque achamos que isso é um exemplo para que os países ricos comecem a ser mais solidários com os países pobres.

No dia 20 nós vamos ter uma reunião muito importante, que já tem confirmada a presença de 56 chefes de Estado e de Governo para discutir a questão da fome. Alguns não vão, o que é compreensível, porque quem não está passando fome não é obrigado a sentir o drama da fome, mas muito irão. E será a primeira vez que, nas Nações Unidas, chefes de Estado vão discutir não a fome como uma tese acadêmica ou uma constatação de um problema



social, mas vão tentar discutir uma saída, o que fazer para que os países ricos possam ajudar os países pobres a terem um modelo de desenvolvimento que lhes permita pelo menos tomar café da manhã, almoçar e jantar todos os dias. Não sei se iremos sensibilizar os que lá não estarão, mas a convicção que eu tenho é que nós só iremos acabar com o problema da fome quando ela deixar de ser um problema social e virar um problema político. E quando ela virar um problema político, certamente os países de mais desenvolvimento vão perceber a necessidade de entender, de uma vez por todas, que o nome da paz no mundo chama-se justiça social. Esse é o verdadeiro nome que poderá construir a paz.

Aqui no Brasil, em agosto deste ano, nós criamos a Semana da Solidariedade. A partir do ano que vem, o governo vai prestar contas do que está fazendo para cumprir as Metas do Milênio. E as organizações da sociedade também vão prestar contas do que fizeram para diminuir e atender as Metas do Milênio. Nós, inclusive, vamos instituir uma espécie de prêmio, Nilcéa e Matilde, para as prefeituras que cumprirem as Metas do Milênio, no que diz respeito à educação, à saúde, à mortalidade infantil. Na verdade, queremos instituir um prêmio para, durante o ano inteiro, motivarmos cada prefeito a fazer o máximo que ele puder fazer, porque se não acontecer algo de novo no mundo, quando fizermos a reunião para avaliar as Metas do Milênio, iremos perceber que a situação está pior do que em 2000, quando se instituiu o compromisso de resolvermos a questão.

Eu quero dizer, minha querida Marta, que aqui no Brasil nós estamos, como você sabe, avançando. Avançando de forma correta, levando em conta a necessidade de ouvirmos todos os setores da sociedade. E nós tomamos algumas medidas que acho importante vocês saberem. A nossa primeira ação, ao assumir a Presidência, foi transformar a Secretaria de Estado dos Direitos das Mulheres, que ficava no âmbito do Ministério da Justiça, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, diretamente vinculada à Presidência da



República.

No que se refere à questão da violência, sem dúvida uma das maiores preocupações da sociedade e do governo, criamos, no ano passado, o programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher. Por meio dele, buscamos não apenas punir o agressor mas, principalmente, criar mecanismos concretos de educação, que previnam e evitem a agressão.

Especificamente em relação à violência doméstica, criamos, em março deste ano, um grupo de trabalho interministerial para tratar do assunto, envolvendo a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Secretaria de Direitos Humanos, a Secretaria de Segurança Pública, entre outros órgãos do governo federal.

Nesta semana, a ONU divulgou um relatório em que a questão da violência contra as mulheres foi e está sendo bastante ressaltada nos debates internos.

Outra iniciativa que eu, particularmente, dou muita importância, no caso específico das mulheres do campo, foi a criação do Pronaf Mulher, por meio do qual as agricultoras familiares podem pegar financiamentos do governo federal para investir na produção e pagá-los em até oito anos.

Como vocês sabem – pelo menos as brasileiras – a grande vantagem desta linha é que ela pode ser usada por mulheres que moram em uma propriedade onde seu marido ou filho já são beneficiários de outras modalidades do Pronaf.

O que é isso, na verdade? Se uma mulher é casada e tem um filho, e tem uma propriedade rural, e o marido conseguiu, junto ao banco, financiamento para produzir arroz ou milho, essa mulher, independentemente do financiamento do marido, pode ir ao banco e fazer um financiamento para ela, no seu nome, para plantar o que ela quiser, sem ter nenhuma ligação com aquilo que o marido ou o filho já estão fazendo.



O Incra, que é um organismo que cuida da reforma agrária, também inovou, em outubro de 2003, ao reconhecer direitos da mulher assentada, em projetos de reforma agrária, que antes vinham sendo ignorados. O principal deles é a titularidade conjunta da terra. Ou seja, quando uma família é, hoje, beneficiada com um lote, em um assentamento rural, a escritura é feita no nome do marido, mas também da mulher.

Quero, ainda, destacar um ponto que tem a ver com as obrigações internacionais do Brasil. O nosso país é signatário, desde 1974, da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Uma verdadeira Carta Magna da ONU sobre os direitos das mulheres.

Contudo, foi somente no ano passado, já durante o nosso governo – ou seja, de 1974 até 2004 são 30 anos que o Brasil é signatário – somente no nosso governo é que o Brasil enviou ao Comitê da Convenção o seu primeiro relatório de ações, no sentido de cumprir a Pauta da Convenção. Com isso, demonstramos a todo mundo que o tema é, de fato, parte central da nossa agenda.

Recebam, portanto, meus votos de pleno sucesso na gestão. E uma correção, Márcia, uma correção apenas, porque você falou em 3 milhões e 600 mil famílias recebendo o Bolsa Família. É importante lembrar que no dia 17 próximo, nós vamos entregar o cartão de número 5 milhões. São 5 milhões de famílias e até o final do ano chegaremos a 6 milhões e meio de famílias; até o final de 2005 chegaremos a 8 milhões e 700 mil famílias. E até o final de 2006 nós iremos atender a todas as pessoas que, segundo o IBGE, estavam abaixo da linha de pobreza, quando nós tomamos posse.

Esse cartão é importante, porque nós o entregamos para a mulher. A mulher é a beneficiária de um cartão que, hoje, o projeto Fome Zero inclui o Bolsa Família, a compra de alimentos da agricultura familiar, a compra de leite de pequenos produtores.



Só para vocês terem idéia, num estado brasileiro chamado Rondônia, os produtores rurais da agricultura familiar, na colheita do feijão, estavam recebendo a oferta de 28 reais pela saca de 60 quilos de feijão. Por conta da intervenção da CONAB, quando entramos pagando 60 reais, o próprio mercado resolveu pagar 50 reais e, quando o mercado chegou ao preço justo, o governo se retirou, numa demonstração de que o Estado pode e deve ser o regulador dos abusos cometidos contra os mais fracos e os mais frágeis, no país.

Quero dizer para vocês da minha solidariedade ao povo palestino. Quero dizer para vocês da minha solidariedade a todos os povos do mundo, que lutam contra a pobreza, contra a Aids. O Brasil está tentando desenvolver uma política de solidariedade. Não temos todo o dinheiro que gostaríamos de ter para construir um laboratório para ajudar outros países a produzirem remédios para enfrentar esse mal, que tanto prejudica a humanidade.

Quero dizer para vocês, minhas companheiras, hoje só temos dois companheiros aqui. Isso é preconceito das mulheres, porque não tem muito homem aqui. Quero dizer para vocês que o respeito que eu tenho pelo movimento das mulheres, historicamente, está demonstrado na relação de 30 anos que eu tenho com a minha companheira Marisa. E isso é fundamental porque um casal só consegue viver tantos anos juntos se estabelecer um *modus vivendi* de respeito à individualidade de cada um. Cada um de nós sabe o que representa, cada um de nós sabe do que gosta, cada um de nós só torce pelo mesmo time porque, aí, não podemos torcer por time diferente.

Mas, eu acho que na hora que a humanidade conseguir aprender essa convivência, mesmo na adversidade, eu penso que nós iremos construir o mundo que nós sonhamos construir.

Quero, portanto, agradecer, de coração, a presença de cada uma de vocês na esperança de que a Márcia, como organizadora deste evento, permita que vocês conheçam um pouco o Brasil, que tenham acesso a alguma coisa e não fiquem apenas em reunião, porque muita reunião envelhece mais a gente,



muita reunião cansa mais a gente. É preciso combinar um pouco de reunião, um pouco de lazer, um pouco de atividade cultural.

Muito obrigado e sucesso para vocês!